



Turismo: reflexões e desafios

Queila Pahim da Silva
organizadora



2021

Queila Pahim da Silva
Organizadora

**TURISMO:
REFLEXÕES E DESAFIOS**



Pantanal Editora

2021

Copyright® Pantanal Editora
Copyright do Texto® 2020 Os Autores
Copyright da Edição® 2020 Pantanal Editora
Editor Chefe: Prof. Dr. Alan Mario Zuffo
Editores Executivos: Prof. Dr. Jorge González Aguilera
Prof. Dr. Bruno Rodrigues de Oliveira

Diagramação: A editora

Edição de Arte: A editora. Imagens de capa e contra-capa: Canva.com

Revisão: Os autor(es), organizador(es) e a editora

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – OAB/PB
- Profa. Msc. Adriana Flávia Neu – Mun. Faxinal Soturno e Tupanciretã
- Profa. Dra. Albys Ferrer Dubois – UO (Cuba)
- Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – IF SUDESTE MG
- Profa. Msc. Aris Verdecia Peña – Facultad de Medicina (Cuba)
- Profa. Arisleidis Chapman Verdecia – ISCM (Cuba)
- Prof. Dr. Bruno Gomes de Araújo - UEA
- Prof. Dr. Caio Cesar Enside de Abreu – UNEMAT
- Prof. Dr. Carlos Nick – UFV
- Prof. Dr. Claudio Silveira Maia – AJES
- Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – UFGD
- Prof. Dr. Cristiano Pereira da Silva – UEMS
- Profa. Ma. Dayse Rodrigues dos Santos – IFPA
- Prof. Msc. David Chacon Alvarez – UNICENTRO
- Prof. Dr. Denis Silva Nogueira – IFMT
- Profa. Dra. Denise Silva Nogueira – UFMG
- Profa. Dra. Dennyura Oliveira Galvão – URCA
- Prof. Dr. Elias Rocha Gonçalves – ISEPAM-FAETEC
- Prof. Me. Ernane Rosa Martins – IFG
- Prof. Dr. Fábio Steiner – UEMS
- Prof. Dr. Gabriel Andres Tafur Gomez (Colômbia)
- Prof. Dr. Hebert Hernán Soto Gonzáles – UNAM (Peru)
- Prof. Dr. Hudson do Vale de Oliveira – IFRR
- Prof. Msc. Javier Revilla Armesto – UCG (México)
- Prof. Msc. João Camilo Sevilla – Mun. Rio de Janeiro
- Prof. Dr. José Luis Soto Gonzales – UNMSM (Peru)
- Prof. Dr. Julio Cezar Uzinski – UFMT
- Prof. Msc. Lucas R. Oliveira – Mun. de Chap. do Sul
- Prof. Dr. Leandris Argentel-Martínez – Tec-NM (México)
- Profa. Msc. Lidiene Jaqueline de Souza Costa Marchesan – Consultório em Santa Maria
- Prof. Msc. Marcos Pisarski Júnior – UEG
- Prof. Dr. Mario Rodrigo Esparza Mantilla – UNAM (Peru)
- Profa. Msc. Mary Jose Almeida Pereira – SEDUC/PA
- Profa. Msc. Nila Luciana Vilhena Madureira – IFPA
- Profa. Dra. Patrícia Maurer
- Profa. Msc. Queila Pahim da Silva – IFB
- Prof. Dr. Rafael Chapman Auty – UO (Cuba)
- Prof. Dr. Rafael Felipe Ratke – UFMS
- Prof. Dr. Raphael Reis da Silva – UFPI

- Prof. Dr. Ricardo Alves de Araújo – UEMA
- Prof. Dr. Wéverson Lima Fonseca – UFPI
- Prof. Msc. Wesclen Vilar Nogueira – FURG
- Profa. Dra. Yilan Fung Boix – UO (Cuba)
- Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – UFT

Conselho Técnico Científico

- Esp. Joacir Mário Zuffo Júnior
- Esp. Maurício Amormino Júnior
- Esp. Tayronne de Almeida Rodrigues
- Esp. Camila Alves Pereira
- Lda. Rosalina Eufrausino Lustosa Zuffo

Ficha Catalográfica

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
T938	Turismo: reflexões e desafios [recurso eletrônico] / Organizadora Queila Pahim da Silva. – Nova Xavantina, MT: Pantanal Editora, 2021. 160p. Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web ISBN 978-65-88319-41-3 DOI https://doi.org/10.46420/9786588319413 1. Turismo – Pesquisa – Brasil. 2. Lazer. I. Silva, Queila Pahim da. II. Título. CDD 338.4791
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

O conteúdo dos e-books e capítulos, seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva do(s) autor (es) e não representam necessariamente a opinião da Pantanal Editora. Os e-books e/ou capítulos foram previamente submetidos à avaliação pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação. O download e o compartilhamento das obras são permitidos desde que sejam citadas devidamente, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais, exceto se houver autorização por escrito dos autores de cada capítulo ou e-book com a anuência dos editores da Pantanal Editora.



Pantanal Editora

Rua Abaete, 83, Sala B, Centro. CEP: 78690-000. Nova Xavantina – Mato Grosso – Brasil.
 Telefone (66) 99682-4165 (Whatsapp).
<https://www.editorapantanal.com.br>
contato@editorapantanal.com.br

APRESENTAÇÃO

O turismo é uma atividade econômica, social, cultural, ambiental e política que se consolidou como fenômeno social em todo o mundo e que acarreta profundas transformações no cotidiano das pessoas e do meio ambiente. Deste modo, é imprescindível conhecer e refletir sobre seus inúmeros desafios e potencialidades.

No intuito de apresentar pesquisas na área, esta obra reúne trabalhos acadêmicos de autores de várias partes do Brasil e de Portugal, que trazem seu olhar sobre questões inerentes à atividade turística num contexto anterior e corrente da pandemia do novo coronavírus, abordando temas como cultura, religiosidade, preservação de patrimônio natural e imaterial, governança, destinos inteligentes, política pública do mapa da turismo brasileiro, acessibilidade e gestão de eventos culturais em uma organização pública.

No primeiro capítulo expõe-se a festa de São Benedito e São Sebastião, na vila de Itaúnas, no Estado do Espírito Santo, como forma de valorizar as manifestações culturais e religiosas dessa localidade, que tem neste evento um potencial turístico a ser apreciado e incentivado.

O segundo capítulo apresenta o caso da Ilha do Porto Santo, uma micro ilha pertencente ao Arquipélago da Madeira, situado na costa portuguesa, que possui no turismo, sua única fonte de renda. Os autores trazem uma reflexão sobre os conceitos de *smart tourism* e *smart islands*, como alternativa para a diversificação da economia e preservação ambiental da localidade.

No terceiro capítulo, mostra-se o chafariz da Praça Dom Joaquim na cidade de Conceição do Mato Dentro, município de Minas Gerais (Brasil), avaliando as representações que estiveram imbricadas na construção deste monumento, inaugurado em 1825. É objetivo do trabalho analisar as diferentes representações e alegorias que envolveram a execução e a configuração desta obra a fim de promover uma ação educativa com novas abordagens para a sua avaliação e análise.

O quarto capítulo descreve uma proposta conceitual para o desenvolvimento e a inclusão de sindicatos na governança em destinos turísticos inteligentes e demonstra a relação direta entre as tecnologias, a inovação e a sustentabilidade para que uma cidade possa se tornar um destino turístico inteligente.

O quinto capítulo tem como tema o mapa do turismo brasileiro, dando ênfase aos elementos necessários para um município fazer parte desta política pública. Como objetivo central, o estudo buscou analisar como o município de Filadélfia, Tocantins, vem respondendo ou correspondendo às necessidades das políticas públicas de turismo no tocante ao processo de categorização dos municípios para compor o mapa do turismo brasileiro.

O sexto capítulo é uma reflexão de diversos trabalhos relacionados com a temática da acessibilidade, caracterizando-se como um estudo preliminar no contexto do turismo acessível em Brasília.

Apresenta um ranking feito pelos autores, dos espaços de lazer para a prática de turismo acessível em Brasília, avaliando alguns de seus principais atrativos turísticos.

No sétimo capítulo, é analisada as relações existentes entre práticas turísticas e sustentabilidade na Orla Pôr do Sol e Crôa do Goré (Aracaju/SE) através dos modelos de análise da sustentabilidade Pressão-Estado-Resposta e Barômetro de Sustentabilidade do Turismo. Os resultados apontam um retrato positivo da sustentabilidade na área de estudo.

Já o oitavo capítulo suscita questionamentos na relação turismo, espaço urbano e lazer, especialmente no que se refere às relações estabelecidas entre os moradores e os espaços de convivência e cidadania, apresentando o caso das diferentes formas de uso e apropriação das áreas públicas de lazer no município de São Bernardo, Maranhão.

E por fim, o nono capítulo discorre sobre a gestão de eventos culturais em uma organização pública da região sudeste brasileira e a relação desse tipo de evento para o fomento do turismo nas localidades que os sediam.

Espera-se que os trabalhos aqui apresentados fomentem reflexões sobre os desafios que o turismo enfrenta, a fim de auxiliar em novas pesquisas e na sensibilização sobre a urgente necessidade de mudança de atitude dos gestores, comunidade local e visitantes em relação à correta preservação, gestão e utilização das localidades turísticas.

Boa leitura!


SUMÁRIO

Apresentação	4
Sumário	6
Capítulo I	7
Cultura, religiosidade, tradição e turismo no norte capixaba: a festa de São Benedito e São Sebastião na vila de Itaúnas, ES	7
Capítulo II	23
Turismo e mono indústria, a emergência da mudança - O caso da Ilha do Porto Santo - Contributo para a Recuperação da Economia das Ilhas	23
Capítulo III	37
Turismo e Patrimônio Material: o caso do Chafariz com representação de indígenas em Conceição do Mato Dentro – Minas Gerais (Brasil)	37
Capítulo IV	53
Governança em destinos turísticos inteligentes: Uma proposta conceitual incluindo os sindicatos	53
Capítulo V	76
Estudo sobre a acessibilidade em atrativos turísticos de Brasília (DF)	76
Capítulo VI	89
Mapa dos municípios turísticos brasileiros: um estudo sobre a cidade de Filadélfia/TO	89
Capítulo VII	109
Práticas Turísticas e Sustentabilidade na Orla Pôr do Sol e Crôa do Goré (Aracaju/SE)	109
Capítulo VIII	129
Áreas urbanas e vivências comunitárias: um estudo de caso do município de São Bernardo, Maranhão	129
Capítulo IX	145
Eventos culturais em um órgão público: uma abordagem interdisciplinar entre Comunicação e Turismo	145
Índice Remissivo	158


Áreas urbanas e vivências comunitárias: um estudo de caso do município de São Bernardo, Maranhão

Recebido em: 21/12/2020

Aceito em: 26/12/2020

 10.46420/9786588319413cap8

Samuel Nascimento de Gois¹ 

Karoliny Diniz Carvalho^{2*} 

INTRODUÇÃO

As cidades constituem um sistema integrado e complexo de rupturas e continuidades, mudanças e transformações (Lefebvre, 2000; Santos, 2006). No âmbito do lazer, os espaços urbanos e seus elementos constituintes transformam-se em locais de interação, sociabilidade, conflitos e tensões. Nesse contexto, as práticas de lazer redefinem os usos e os significados do patrimônio urbano, oportunizando o conhecimento sobre a diversidade de formas de expressão concreta e simbólica dos processos socioculturais, políticos e econômicos de uma determinada sociedade.

Além de se constituir um elemento da dinâmica social, o lazer faz parte do universo das motivações turísticas. O turismo cultural e o turismo urbano, por exemplo, são segmentos que utilizam as expressões comunitárias – tradições religiosas, manifestações artísticas, patrimônio urbano e imaterial – para a estruturação de ofertas baseadas na evasão, na ludicidade, na criatividade e no entretenimento. Essas experiências estão contempladas de modo transversal no universo dinâmico e polissêmico do lazer. Sendo assim, a dinâmica socioespacial das cidades atrai grupos de visitantes interessados em vivenciar situações de intercâmbio cultural, educação e aprendizado.

Seja nos espaços urbanos, seja nas áreas rurais, o turismo ocasiona o agenciamento das vivências de lazer como elementos condicionantes das experiências turísticas: trilhas ecológicas, atividades corporais na natureza, roteiros turísticos urbanos, participação dos turistas em atividades culturais são exemplos de ofertas turísticas que transformam os lugares em destinos turísticos. Por outro lado, a interface entre o turismo e lazer nos espaços urbanos acentua as discussões em torno dos processos de turistificação dos lugares (Luchiari, 2000), das políticas públicas de lazer e da necessidade de democratização do acesso ao lazer pelos diversos atores sociais.

¹ Universidade Federal do Maranhão (UFMA), campus São Bernardo.

² Universidade Federal do Maranhão (UFMA), campus São Bernardo.

*Autora correspondente: karolinydiniz@gmail.com

Tomando essas questões como cenário de reflexão, o ponto de partida para a elaboração deste trabalho foram os questionamentos suscitados na relação turismo, espaço urbano e lazer, sobretudo no que se refere às relações estabelecidas entre os moradores e os espaços de convivência e cidadania. Assim, o artigo em tela apresenta uma reflexão acerca das diferentes formas de uso e apropriação das áreas públicas de lazer no município de São Bernardo, Maranhão. Intenta relacionar também os fenômenos do lazer e do turismo tendo em vista a expansão desta atividade na região do Baixo Parnaíba Maranhense.

Para tanto, toma como objetos de análise a praça 29 de Março, conhecida como praça do Farol ou praça de Eventos, e o Complexo Balneário Rio Buriti. Assim, definiu-se os seguintes objetivos específicos: a) caracterizar os espaços públicos de lazer Praça de Eventos e o Balneário Rio Buriti, identificando o perfil dos seus usuários; b) relacionar os espaços de lazer e a atividade turística e c) identificar as possibilidades e limitações para a democratização do lazer no município.

Face ao exposto, para apresentar as reflexões propostas, abordam-se as relações entre espaço urbano, lazer e turismo, entendendo o lazer como instrumento de desenvolvimento pessoal e comunitário. O turismo é pensado como fenômeno que reorganiza as relações socioespaciais, inserindo as práticas de lazer no mercado de consumo. Analisam-se, por um lado, as possibilidades de acesso e de democratização dos espaços públicos de lazer no município de São Bernardo, e do outro lado, reflete-se sobre as limitações ou barreiras à apropriação e consumo destes locais pela comunidade local.

MATERIAL E MÉTODOS

A estratégia metodológica adotada para atingir os objetivos da pesquisa foi a investigação qualitativa de natureza exploratória e descritiva. A pesquisa qualitativa possui como foco de análise a apreensão dos significados do objeto de estudo por meio de técnicas variadas de interpretação, tais como entrevistas e observação participante, valendo-se em grande medida do método indutivo em suas abordagens. De acordo com Silva e Menezes (2001), na pesquisa qualitativa:

[...] Há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa. Não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas. O ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados e o pesquisador é o instrumento-chave. É descritiva. Os pesquisadores tendem a analisar seus dados indutivamente. O processo e seu significado são os focos principais de abordagem.

Nas pesquisas qualitativas, a ênfase ocorre nos significados das práticas sociais, valores, percepções e visões de mundo dos diferentes atores, não se detendo, portanto, nos aspectos quantificáveis ou numéricos. Diversas técnicas de coleta de dados podem e devem ser utilizadas no desenvolvimento das pesquisas qualitativas, em especial, as entrevistas, o grupo focal e a observação participante. Assim, o

pesquisador pode utilizar instrumentos que se complementam e possibilitam maior aprofundamento do objeto de estudo.

Em vista disto, a pesquisa desenvolveu-se em dois momentos interdependentes: a pesquisa bibliográfica, conforme propõe Gil (2008), e os trabalhos de campo, a fim de compreender o fenômeno no contexto social de sua produção de acordo com os direcionamentos de Minayo (2007). No quadro teórico-interpretativo a pesquisa abordou as relações entre lazer, turismo e sociabilidade nos espaços urbanos, a partir das contribuições de Magnani (2006), Marcellino (2000), Cruz (2007) e Fratucci (2014).

Na pesquisa de campo fez-se uso da técnica de observação direta ou participante dos espaços de lazer comunitários. A observação é uma modalidade utilizada nos estudos qualitativos com o objetivo de compreender os processos sociais, os vínculos e os significados das práticas cotidianas, sendo útil na descrição de eventos sociais, ambientes, comunidades e suas práticas (Jorgensen, 1989; Patton, 2002). As análises foram circunscritas a duas áreas de lazer: a praça 29 de março e o Complexo Balneário Rio Buriti, por constituírem marcos representativos da formação histórica da cidade e dos processos de valorização da atividade turística local. As informações obtidas *in loco* foram registradas nos diários de campo e interpretadas por meio de diálogos com os referenciais teóricos adotados na pesquisa (Silva e Menezes, 2001).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A paisagem urbana configura-se nos traços materializados sob a forma de ruas, praças, avenidas, casarões e edifícios de um dado momento histórico, de uma determinada época, os quais sendo ressignificados pela comunidade sobrevivem ao tempo (Silva et al., 2011). Além desses elementos materiais, a cidade pode ser representada em outros níveis, ou seja, nas manifestações culturais predominantes, nas atividades econômicas, no seu patrimônio natural.

A dinâmica a que está sujeita uma cidade representa a própria questão cultural, cujo significado nos remete aos sujeitos que compartilham os mesmos significados, formando aquilo que se denomina comunidade de sentidos,

Habitação, habitar, portanto, expressam um grau superior e constante de apropriação. Essa relação contínua, permanente, cotidiana, demorada e que o tempo adensa, é que cria as condições mais favoráveis para a fruição do patrimônio ambiental urbano (Meneses, 2006).

A cidade é uma força social presente no imaginário dos seus habitantes, capaz de gerar sentimento de identificação e solidariedade. A cidade, assim, não se dá aos que a ocupam como um espaço abstrato ou como lugar destinado a apenas certos usos técnicos, tais como circular, trabalhar, morar. Ela possui uma realidade espessa de sentidos particulares relacionados aos movimentos mais tênues dos atores sociais.

Propiciando a construção e reconstrução das identidades, ela reproduz a vida humana em todas as duas dimensões, enquanto retomada dos lugares, recriação de pontos de encontro e busca de identidade na relação com o outro. Os espaços urbanos apresentam marcos para a tessitura da identidade, como destaques no imaginário que cada morador constrói da cidade e que contribuem para a familiaridade das pessoas com o entorno. Marcos que servem também para fixar e fortalecer um centro ou uma centralidade em torno do qual a cidade se organiza (Lynch, 1988).

Em vista disto, compreender a dinâmica sociocultural de uma cidade perpassa pelo entendimento acerca das diferentes formas de vivência e convivência comunitária. Dentre elas, destaca-se o lazer como importante componente da vida social. Como expressão cultural, o lazer possui múltiplas nuances, uma natureza complexa e interdisciplinar que abrange diferentes significados e perspectivas teóricas.

Aos longos dos séculos XIX e XX, diversas abordagens foram concebidas para o entendimento sobre a amplitude e os significados do ócio e do lazer, suas características e dimensões (Dumazedier, 1979; Marcellino, 2000; Gomes, 2008). Alguns teóricos como Dumazedier (1979) entendem o lazer como oposição ao trabalho e as obrigações sociais, situando-o como momento apartado do tempo de trabalho no qual os atores sociais podem espontaneamente ocupar o seu tempo livre com atividades prazerosas. Nesse sentido, o lazer refere-se a uma “[...] forma específica de relação social, um espaço de qualificação humana, ou seja, de desenvolvimento das condições físicas, mentais, afetivas, estéticas e lúdicas” (Polato, 2003).

No entanto, estudos recentes (Marcellino, 2000; Melo et al., 2012) consideram que o lazer não pode ser compreendido sem relacioná-lo às condições sociais, políticas, culturais e históricas que possibilitaram a sua emergência como necessidade e direito social. Nessa direção, o lazer pode em alguns casos, confundir-se com o trabalho, ou seja, trabalho e lazer estão imbricados e ajudam a compreender a complexidade da dinâmica social. Gomes (2008) assinala que o lazer consiste num fenômeno sociocultural dotado de especificidades, uma dimensão da cultura que se manifesta por meio dos aspectos tempo, espaço-lugar, manifestações culturais e atitude. Segundo a autora:

[...] O lazer vai além da mera realização de atividades, sendo um campo da vida humana e social dotado de características próprias, que ocorrem em um tempo/espaço específico. Assim, o lazer inclui a fruição de diversas manifestações da cultura, tais como o jogo, a brincadeira, a festa, o passeio, a viagem, o esporte e as diversas formas de artes, entre inúmeras outras possibilidades. Inclui ainda o ócio, uma vez que esta manifestação cultural pode constituir em nosso meio social, notáveis experiências de lazer – não como um privilégio de classe (Gomes, 2008).

A partir dessa concepção multissetorial e dinâmica do lazer entende-se que esta prática propicia oportunidades de vivências lúdicas, valorização do meio ambiente, desenvolvimento pessoal e interação social. Dumazedier (1979), Marcellino (2000) e Melo et al. (2012) já assinalavam a gama diversificada de interesses do lazer: os físicos, os artísticos, manuais, os intelectuais e sociais, e mais recentemente, os interesses turísticos. Nesse patamar, os espaços públicos de lazer e as áreas de convivência – as praças e

os parques públicos, os vazios urbanos e as áreas verdes – fazem referências às necessidades de convívio, descontração, recreação, envolvendo interesses sociais, físicos e culturais (Pellegrin, 2004; Marcellino, 2000; Gomes, 2008; Bonalume, 2001).

As vivências e experiências de lazer fortalecem o convívio social e contribuem para o reconhecimento da identidade da cidade, das dinâmicas articuladas ao meio urbano, favorecendo assim, a sua revitalização. Sua função consiste na promoção desses locais como momentos de interação e articulação entre a comunidade, posto que elas tendem a estabelecer laços de afetividade e de compromisso na preservação das memórias e das identidades presentes nos tecidos urbanos. Para Santos et al. (2017) os espaços ou equipamentos de lazer públicos na cidade “[..] são necessários para o bem-estar dos cidadãos, seja por proporcionar lugar para atividades físicas, brincadeiras, jogos, eventos culturais, ou ainda por representar um espaço para o contato com a natureza.”

Concomitantemente, enquadram-se no contexto turístico, tendo em vista que os elementos do patrimônio cultural e urbano são reforçados como fatores de atração de visitantes. O turismo é um fenômeno socioespacial, histórico e cultural, caracterizado pelo desejo dos visitantes em conhecer os aspectos culturais e naturais de localidades distintas do seu cotidiano. Tal como sugere Beni (2003), o turismo abrange também ações de planejamento dos espaços por meio de políticas públicas e da organização de serviços em setores diversos, tais como hospedagem, roteirização turística, alimentação e transportes.

Consoante apontam Figueiredo et al. (2012), a atividade turística é uma prática dinâmica, complexa e relacional que se materializa sob a forma de experiências. Nas palavras dos autores, o turismo [...] é processo e ação caracterizado por elemento estável permanente: a experiência provocada pelo deslocamento (e não qualquer deslocamento), pela *viagem*. A viagem é o elemento básico que compõe o turismo, e a experiência produzida pelas dimensões deslocamento tempo e espaço (Figueiredo et al., 2012).

Sendo assim, o turismo atravessa a dinâmica do lazer. Como fenômeno social, o turismo é percebido como fator de transformações espaciais, revalorização dos elementos e das estruturas urbanas, sejam elas materiais ou simbólicas. O turismo articula as singularidades locais por meio da oferta de bens e serviços; nesse processo, as práticas cotidianas são (re)organizadas, os espaços de lazer adquirem novos significados relacionados ao consumo cultural e ao entretenimento (Cruz, 2007; Fratucci, 2014).

Em se tratando do turismo nos espaços urbanos, esta atividade contribui para o processo de revalorização do patrimônio cultural por meio do estímulo à implantação de projetos e ações de revitalização que tencionam a sua incorporação à dinâmica contemporânea. Ainda, propicia o aumento da percepção dos moradores sobre a importância da história, da cultura e das tradições enquanto elementos de reafirmação da identidade local. As inter relações entre turismo, cidades e os elementos culturais são ilustradas na Figura 1:

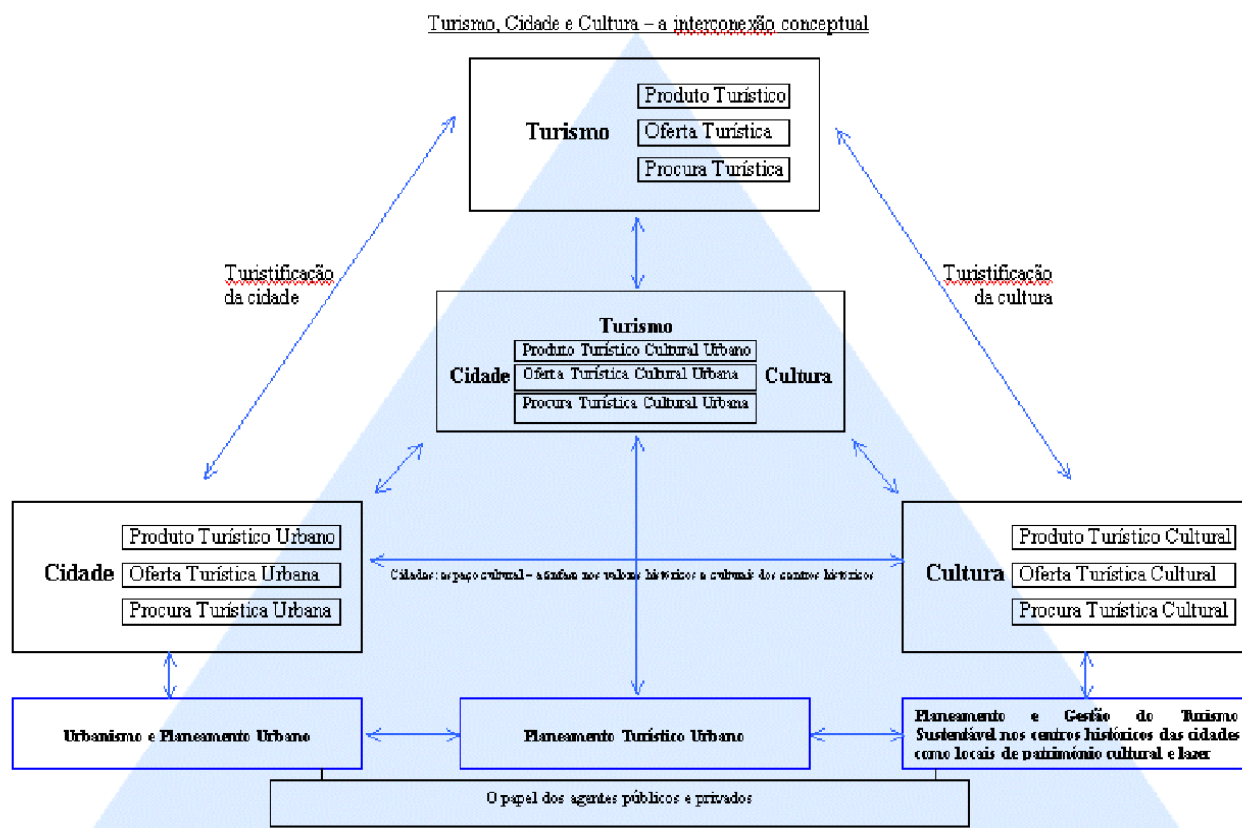


Figura 1. Interconexões entre turismo, cidade e cultura. Fonte: Henriques (2003).

Conforme observado na figura, o turismo possibilita conexões entre a tessitura urbana e os diferentes atores sociais, como agentes públicos e privados. Estes promovem transformações nas dinâmicas socioculturais por meio de ações de planejamento e gestão. Conseqüentemente, ocasiona a turistificação dos espaços materiais e simbólicos das comunidades locais mediante a implantação de bens, equipamentos e serviços que promovem a cidade como produto turístico (Henriques, 2003). Desse modo, o patrimônio urbano estabelece um diálogo estreito com o mercado de bens simbólicos, com a projeção de seus atributos arquitetônicos e modos de vida locais nos espaços de produção e consumo cultural. Sendo o patrimônio um elemento diferenciador da oferta turística de uma localidade, este passa a ser utilizado como estratégia de posicionamento e competitividade, e de atração de um público de visitantes para os destinos

A especialização territorial resultante do turismo promove novos valores e significados ao urbano, com a constituição de lugares híbridos, onde os diferentes agentes sociais – gestores públicos, empresariado, prestadores de serviços turísticos e comunidades locais – interagem numa complexa rede de relações e interesses diversificados e, em alguns casos, conflitantes:

A mercantilização do lazer constitui-se em uma discussão necessária ao entendimento do espaço público na cidade contemporânea, pois reflete tanto na compreensão de sua conformação, quanto nas suas formas de uso e apropriação. Espaços são criados e reconfigurados visando ao

atendimento de demandas e interesses divergentes. Há uma redefinição de espaço público e formas de lazer, muitas vezes incluídas nas discussões sobre novas formas de gestão de cidades. Nas grandes cidades do Brasil e do mundo ocidental, a palavra de ordem é investir em espaços públicos 'visíveis', sobretudo os espaços centrais e turísticos, graças às parcerias entre os poderes públicos e as empresas privadas (Serpa, 2009).

A atividade turística apropria-se dos espaços de lazer e como agente transformador produz novos espaços, configurando um ambiente propício e enriquecedor tanto do ponto de vista econômico, como do ponto de vista social e cultural. “[...] Além disso pode estimular novos atores, integrar comunidades de forma diferenciada, colocando desafios aos valores locais, criar redes e hierarquias entre os lugares” (Simões, 2016). Nessa direção, “pode-se afirmar que uma das principais singularidades do turismo no meio urbano dá-se pela caracterização do público consumidor: um mesmo espaço passa a ser destinado tanto a turistas como a comunidade anfitriã (Silva et al., 2011).

A emergência do segmento turismo urbano e cultural ocorre por meio dos elementos estruturais e imateriais que compõem a tessitura de uma cidade. Nessa direção, os turistas são atraídos com o objetivo de usufruir os atrativos das cidades, seu patrimônio histórico e cultural. Além disso, os turistas buscam vivenciar e interagir com os moradores da cidade, oportunizando ações de conservação e valorização dos espaços de convivência e intercâmbio cultural. Consequentemente, o turismo contribui para a revitalização de áreas urbanas e das áreas livres, articulando lazer e educação:

Os espaços públicos de lazer e turismo são importantes para a vivência democrática das práticas culturais de lazer, visto que esses ambientes, principalmente quando planejados coletivamente, possibilita uma relação de pertencimento dos moradores e turistas com os espaços. Neste sentido, exercer o planejamento com participação nas questões da cidade implica envolver o social, o simbólico e cultural dos lugares, estabelecendo vínculos com a população por meio do lazer e da atividade turística (Pereira et al., 2016).

Trata-se de um processo contínuo no qual os lugares turísticos confundem-se com os lugares de convivência e de integração sociocultural. A apropriação turística dos lugares revela um contexto de pluralidade e intercruzamento cultural. O turismo integra uma ampla estratégia de reinterpretação dos territórios e das identidades locais, enquanto estratégias de inserção econômica e de diferenciação no mercado, dando origem a novos contornos e matizes, “as novas paisagens da urbanização turística representam também as formas contemporâneas de espacialização social, por meio das quais estamos construindo novas formas de sociabilidade, mais híbridas e mais flexíveis” (Luchiari, 2000).

A reconfiguração dos lugares no âmbito do turismo afigura-se como o resultado efetivo das novas necessidades de formatação e consumo das produções culturais, sob o fulcro de um modo de produção globalizado, e que fragmenta as identidades (Hall, 2001), para recompor lugares nos quais os turistas podem vivenciar novas formas de representação do patrimônio cultural de uma comunidade:

[...] Os processos de transformação do patrimônio em mercadoria cultural, ao orientarem economicamente as políticas de patrimônio, podem desencadear outras ambiguidades, à medida que, por um lado, diversificam e potencializam as formas de interação, mas, por outro lado, não

promovem sociabilidades duradouras – os laços sociais existentes nesses lugares “transformados” tornam-se por demais efêmeros (Marinho, 2015).

Considerando-se que o turismo se configura num importante vetor ou propagador de valores, modos, costumes, hábitos e estilos de vida, e outras implicações decorrentes do intercâmbio cultural, a atividade vem imprimindo novos valores que redimensionam os espaços naturais e urbanos e o próprio estilo de vida das comunidades locais. Nesse mecanismo, os espaços de lazer passam a se vincular à atividade turística no intuito de produzir uma lógica de desenvolvimento e, conseqüentemente, à viabilização do incentivo ao turismo urbano. Tendo em vista o lazer como direito social, bem como a importância das vivências de lazer para a integração social e qualidade de vida comunitárias, a pesquisa direciona-se para o município de São Bernardo, Maranhão.

O município de São Bernardo está localizado a 370 km da cidade de São Luís, capital do estado do Maranhão, numa região denominada Baixo Parnaíba Maranhense (Figura 2). Em relação ao perfil socioeconômico, conta com uma população de 26.480 habitantes, sendo que destes, 11.800 situam-se na zona urbana e 14.680 residem na zona rural. Sua economia baseia-se nas atividades agropecuárias, extrativistas e nos setores de construção civil, comércio e serviços (IBGE, 2010).

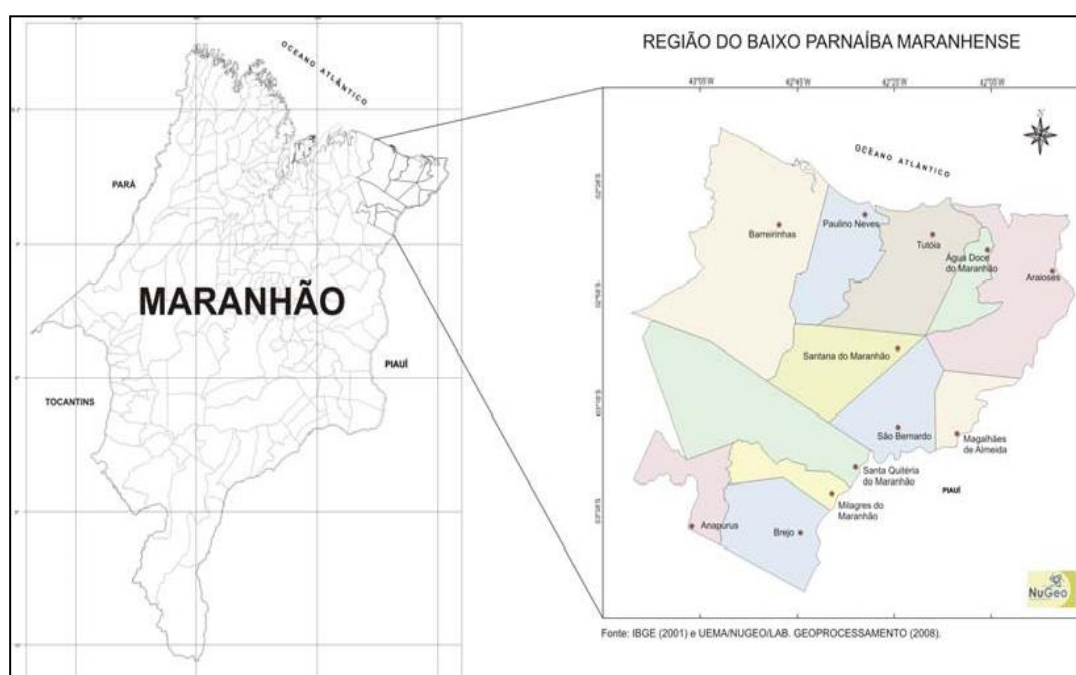


Figura 2. Localização da região do Baixo Parnaíba Maranhense. Fonte: IBGE (2000).

O potencial turístico, materializado pela movimentação de excursionistas de cidades próximas, transforma a paisagem urbana ressignificando-a com a presença de hotéis, bares e restaurantes. Essa dinâmica é resultado do interesse dos moradores e empreendedores da região em se beneficiar economicamente da atividade turística que já ocorre em municípios próximos como Tutóia e Paulino Neves. Em meio a este cenário, ações vêm sendo implantadas com o objetivo de dotar a cidade de

estruturas voltadas às atividades recreativas, esportivas e artístico-culturais. Dentre os espaços de lazer existentes no município destacam-se a praça 29 de Março, ou praça de Eventos e o Complexo Balneário Rio Buriti.

A praça 29 de Março ou praça de Eventos é o local onde as atividades culturais e eventos públicos, tais como os festejos juninos e shows com artistas populares, ganham notoriedade e atraem um público expressivo de visitantes. Nela encontram-se alguns equipamentos de lazer como rampas, bancos e quadra esportiva (Figura 3).



Figura 3. Praça 29 de Março ou praça de Eventos. Fonte: Os autores.

Diferentes atores sociais interagem neste espaço: grupos de crianças e jovens, adultos e idosos. O local encontra-se conservado e é frequentado por um público jovem pertencente às classes média e baixa. Frequentemente é utilizado para passeios ao ar livre, atividades de contemplação e conversas entre vizinhos, realização de caminhadas, jogos competitivos e práticas de exercícios físicos. Nesses momentos, a praça é sentida como *lôcus* de compartilhamento de experiências, troca cultural e práticas de sociabilidade. Conforme expõem Garcias et al., 2008):

Os espaços de recreação, do encontro, do contato social, entre os moradores do ambiente urbano, são importantes para a realização integral do ser humano. São geralmente nestes contatos que nascem os relacionamentos humanos em todas as esferas, desde a familiar até as amizades, a solidariedade, o sentimento de unidade, de grupo. A universalização dos ambientes de lazer, acessíveis a todos os segmentos sociais, de acordo com suas características, costumes, tradições e necessidades, é que fazem da função lazer uma função social.

De acordo com os autores, os espaços de recreação são locais onde os laços de pertencimento e o sentido de lugar são gestados, a cidade passa a ter um significado e se associa às vivências particulares dos atores sociais. São nas interações sociais presentes nos espaços públicos que se alicerçam as redes de solidariedade e os laços de coesão comunitária. Evidenciou-se que os moradores possuem uma relação de afetividade em relação a este espaço de lazer, sendo um marco importante que simboliza o percurso histórico da comunidade.

A praça de Eventos também é apropriada pelos moradores por meio do comércio informal, com a alocação de barracas e outras estruturas para a venda de gêneros alimentícios durante os períodos festivos – carnaval, São João e aniversário da cidade. Nesses casos, ela simboliza também um espaço de complementação da renda e melhoria da qualidade de vida.

Outro espaço de lazer é o complexo Balneário Rio Buriti. Trata-se de uma área que foi requalificada pelo governo municipal e cedida à iniciativa privada. Dispõe de restaurante, quadra de esportes, pista de corridas, sendo frequentado por moradores e eventuais visitantes (Figura 4).



Figura 4. Complexo Balneário Rio Buriti. Fonte: Garcês (2019).

A comunidade local utiliza o espaço para a realização de atividades ao ar livre e esportivas: caminhadas, atividades físicas, campeonatos esportivos como vôlei e futebol. No período noturno, o balneário é frequentado por um público de poder aquisitivo médio e alto, atraído pelas atividades culturais e de entretenimento. Em relação às possibilidades de acesso destacam-se os preços elevados dos produtos comercializados, os quais tendem a limitar a frequência de utilização deste espaço por parte de determinados segmentos sociais.

Essa questão levanta reflexões sobre como as cidades contemporâneas organizam-se em termos de acessibilidade e utilização dos espaços públicos para as vivências dos moradores:

[...] O direito à cidade, como ele está constituído agora, está extremamente confinado, restrito na maioria dos casos à pequena elite política e econômica, que está em posição de moldar as cidades, cada vez mais ao seu gosto (Harvey, 2012).

Apesar de configurar um espaço público de lazer, observou-se que o Balneário se restringe a determinados segmentos sociais obedecendo à lógica de mercado. Os moradores dos bairros afastados ou aqueles que residem na zona rural não usufruem da área com regularidade, salvo quando são programados eventos ou apresentações artísticas. Conseqüentemente, ocorrem barreiras à livre manifestação das

práticas e experiências de lazer por parte da comunidade, ensejando um processo de privatização do espaço público ou semipúblico (Serpa, 2009).

No tocante aos usos turísticos destes espaços de lazer, constatou-se que a presença de visitantes e excursionistas ocorre de forma esporádica, sobretudo nos eventos juninos e nas festividades religiosas. Porém, este movimento já provoca mudanças nas formas de percepção dos moradores em relação à livre manifestação de suas experiências de lazer. O turismo implica numa reorganização das estruturas urbanas e patrimoniais, sendo capaz de incentivar a formulação de novas normas e diretrizes no convívio social.

A atividade permite ainda que a comunidade estabeleça uma importância diante dos espaços de lazer permitindo que se estabeleça um

[...] Ponto de encontro, de convívio, de (re)descobrir o “novo” e o diferente, lugar de práticas culturais, de criação, de transformação e de vivências diversas, no que diz respeito a valores, conhecimentos e experiências (Simões, 2016).

As comunidades desempenham papel fundamental para o advento do turismo em qualquer localidade, sendo necessário promover melhorias na área social. Nesse sentido, decorre a necessidade de se implementar ações no intuito de incorporar as comunidades socialmente marginalizadas na vivência do local a que pertencem. Quando o patrimônio cultural se transforma em produto turístico sem o devido planejamento perdem-se os elementos substanciais e necessários ao pleno desenvolvimento dessa atividade, ao tempo em que reduz os laços de afetividade dos residentes em relação ao seu patrimônio.

Considerando o potencial turístico de São Bernardo percebeu-se que o município apresenta características próprias, e paralelamente, busca manter a sua individualidade. Reveste-se de um caráter cultural e espacial em que se refletem as ações do poder público local em incentivar as experiências de lazer e organizar o espaço para a recepção de visitantes e excursionistas. Torna-se ainda cenário das relações sociais tradicionais e emergentes, lócus do sentimento de pertença da comunidade que cria uma identificação e um sentimento de apreço em relação a esse espaço urbano e ao seu entorno e, ao mesmo tempo, de estranheza em relação ao papel a ser desempenhado com as possibilidades que podem advir com o turismo.

Observou-se ainda que os marcos urbanos contribuem para a construção da identidade sociocultural dos moradores, sendo necessária que a política de lazer considere a dimensão afetiva do patrimônio urbano, seus significados e as relações de pertencimento da população residente em relação aos marcos urbanos. Diante do cenário esboçado, deve-se pensar em articular as noções de cidadania e do direito à cidade nas propostas que envolvem o turismo e o planejamento urbano:

Para que o espaço público seja um espaço de vivências democráticas de lazer é necessário que este seja planejado e construído de forma que possibilite acesso a um maior número de pessoas, de diferentes grupos da sociedade (diferentes classes, gêneros, faixas etárias etc.). Sendo assim, é necessário primeiramente que o lazer seja compreendido como um direito social, garantindo,

então, o espaço público como uma importante ferramenta de usufruto do lazer na cidade” (Caravelas et al., 2010).

Entende-se que os espaços públicos de lazer contribuem para o bem-estar e qualidade de vida da comunidade. No âmbito do turismo são utilizados na promoção turística e atração de visitantes, enfatizando a relação entre turismo e lazer no espaço urbano. No entanto, os espaços públicos de lazer investigados não integram uma política pública municipal sistemática capaz de permitir a democratização do seu acesso e utilização por diferentes perfis de frequentadores. Müller (2002) observa que os espaços e os equipamentos de lazer não são reivindicados pelas comunidades como direito social e não são vistos como importantes pela administração pública de modo organizado e sistemático.

Essa constatação pode ser verificada em São Bernardo, onde existe uma Secretaria de Esportes e Lazer que desenvolve algumas ações, porém, de forma pontual e sem relação com a Secretaria de Comunicação e Cultura e a Secretaria de Educação, por exemplo. Uma proposta de articulação deve ser pensada a fim de se concretizar a educação pelo e para o lazer nos diferentes níveis de gestão, desde a esfera administrativa na qual são concebidas e efetivadas as políticas públicas de lazer, como nos demais espaços cotidianos, como as escolas municipais. Nesse sentido, o lazer passa a ser entendido como instrumento de fortalecimento cidadã e de autonomia comunitária e as políticas públicas de lazer como iniciativas voltadas para o exercício da criatividade e da criticidade dos diferentes atores sociais. Na visão de Mascarenhas (2004) a perspectiva de democratização do lazer consiste em:

[...] Expressar a possibilidade de apropriação do lazer como um tempo e espaço para a prática da liberdade, para o exercício da cidadania, busca traduzir a qualidade social de uma sociedade cujo direito ao lazer pode ter seu reconhecimento alicerçado sobre princípios como planificação, participação, autonomia, organização, justiça e democracia, deixando de ser monopólio ou instrumento daqueles que concentram poder econômico.

Desse modo, faz-se necessária uma aproximação entre o planejamento urbano municipal e as ações de desenvolvimento turístico de modo a compatibilizar os diferentes usos dos espaços de vivência e convivência sociocultural. Ressalta-se ainda que o planejamento do turismo deve ser concebido em nível de interdependência e integração entre os diversos setores da administração pública, com a criação de cenários que atendam aos interesses e expectativas dos mais diversos grupos sociais, além de ampliar a percepção dos moradores sobre a importância dos espaços urbanos e seus elementos na formação da identidade local.

Assim, a associação entre turismo e lazer tende a incentivar processos de identificação e sentimentos de afetividade dos moradores em relação ao seu patrimônio urbano, contribuindo para a materialização do lazer como direito social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os espaços urbanos são resultados da acumulação de esforços de uma ou várias gerações na elaboração de uma sociedade que se expressa pelo modo de construir, mas onde, também, estão imbricadas sua maneira de viver, de relacionar-se com os seus pares e com o ambiente que a cerca. Neles a comunidade realiza diversas experiências, dentre as quais destaca-se o lazer como objeto privilegiado de estudo. O lazer como expressão humana revela aspectos da realidade e das dinâmicas sociais, sobretudo quando se observam as práticas desenvolvidas nos espaços públicos de lazer, tais como as praças, as ruas e os centros culturais.

Nestes espaços, a comunidade estabelece relações significativas com o tecido urbano. Tais significações são importantes para entender a função que o lazer ocupa nas sociedades, não apenas como momento afastado do trabalho, mas como cultura que se vivencia por meio de um mosaico diversificado de interesses. Dentre eles evidencia-se o turismo como prática social e espacial que possui uma relação dinâmica e dialética com o fenômeno do lazer.

Diante das redes de relações dialógicas que se estabelecem entre o lazer e o turismo, a pesquisa ora empreendida permitiu algumas interpretações acerca das formas de apropriação e uso dos espaços públicos de lazer no município de São Bernardo, Maranhão, tomando como objeto de reflexão a praça de Eventos e o complexo Balneário Rio Buriti. Oportunizou também um diálogo com o fenômeno turístico na medida em que esta atividade ocasiona uma nova dinâmica sócio territorial local.

Diante dos resultados obtidos *in loco*, observou-se que os espaços de lazer analisados são utilizados para vivências de lazer relacionadas principalmente aos exercícios físicos, como caminhadas, atividades esportivas e sociais. Os segmentos sociais de baixa renda costumam frequentar a praça de Eventos de forma regular, notadamente quando da realização de atividades culturais promovidas pelo poder público municipal.

Com relação ao balneário Complexo Rio Buriti, evidenciou-se o perfil de público mais elitizado e a presença de visitantes e turistas interessados no entretenimento noturno. Constatou-se ainda a existência de limitações ou barreiras à apropriação deste espaço de lazer por parte dos moradores que vivem em locais afastados do centro da cidade e daqueles que moram na zona rural. O balneário insere-se na nova dinâmica de produção do espaço pelo e para o turismo, uma vez que atende aos interesses predominantemente mercadológicos.

Como resultado deste estudo sugere-se uma maior articulação entre o planejamento urbano e o turismo por meio de políticas públicas voltadas à democratização dos espaços públicos de lazer. Estes cumprem uma importante função social que deve ser considerada nas propostas de desenvolvimento socioeconômico: a de possibilitar interações, trocas e contribuir para a elevação da qualidade de vida local.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Beni MC (2003). *Análise Estrutural do Turismo*. São Paulo: Senac, 517p.
- Bonalume CR (2001). Diretrizes norteadoras de um programa de descentralização e democratização do lazer: A experiência de Caxias do Sul. Marcellino, NC (org.). *Lazer e esporte: políticas públicas*. Campinas, SP: Autores Associados (Coleção educação física e esportes), p.141-155.
- Caravelas DC et al. (2010). Lazer e espaços públicos: A visão dos cidadãos de Vila dos Cabanos em Barcarena – PA. *Revista Corpoconsciência*,14(1): 21-34.
- Cruz R de CA da. (2007). *Geografias do turismo: de lugares a pseudo-lugares*. São Paulo: Roca, 140p.
- Dumazedier J (1979). *Sociologia empírica do lazer*. São Paulo: Perspectivas, 244p.
- Figueiredo SL et al. (2012). Desenvolvimento e participação no programa de regionalização do turismo. In: Almeida O et al. (orgs.). *Desenvolvimento e sustentabilidade*. Belém: NAEA. P.30-44.
- Fratucci AC (2014). Turismo e território: relações e complexidades. *Caderno Virtual de Turismo*. Rio de Janeiro, 14 (1): 87-96.
- Garcias, C M ; Bernardi, J L (2008). As funções sociais da cidade. In: *Revista Direitos Fundamentais e democracia*. Curitiba. 4: 1-15. Disponível em: <<https://revistaeletronicardfd.unibrasil.com.br/index.php/rdfd/article/viewFile/48/47>>. Acesso em: 10/09/2020.
- Gil AC (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 200p.
- Gomes CL (2008) *Lazer, trabalho e educação: relações históricas, questões contemporâneas*. 2 ed. rev. e ampl. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 151p.
- Hall S (2001). *A identidade Cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP & A. 102p.
- Harvey D (2012). *O direito a cidade*. Lutas Sociais. São Paulo, p.73-89.
- Henriques C (2003). *Turismo, cidade e cultura: planejamento e gestão sustentável*. Edições Sílabo, 261p.
- Jorgensen D (1989). *Participant Observation: a methodology for humman studies*. 160p.
- Lefebvre H (2000). *A produção do espaço*. (do original: *La production de l'espace*. 4ºed. Paris: Éditions Anthropos), 476p.
- Magnani JGC (2006). Os diferentes planos da cidade como bem cultural. Mori, VH. *Patrimônio: atualizando o debate*. São Paulo, IPHAN. 61-64.
- Marcellino NC (2000). *Lazer e Sociedade: múltiplas relações*. Campinas: Alínea. 191p.
- Marinho MA (2015). Resistências e contra-usos do espaço público frente às estratégias das políticas de embelezamento urbano – o caso do Largo de Coimbra em Ouro Preto/MG. *Revista Iberoamericana de Turismo – RITUR*, Penedo, Vol. 5: 105-123. Disponível em: <<http://www.seer.ufal.br/index.php/ritur>>. Acesso em: 15/08/2020.

- Mascarenhas F (2004). “Lazerania” também é conquista: tendências e desafios na era do mercado. *Revista Movimento, Porto Alegre, 10(2): 73-90.*
- Melo VA de et al. (2012). *Introdução ao Lazer. São Paulo: Manole, 120p.*
- Meneses UTB de (2006). A cidade como bem cultural – áreas envoltórias e outros dilemas, equívocos e alcances na preservação do patrimônio ambiental urbano. Mori, VH. *Patrimônio: atualizando o debate. São Paulo: IPHAN, 35-53p.*
- Mínayo MC (org.) (2007). *O Desafio do Conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 8ed. São Paulo (SP): Hucitec-Abrasco, 406p.*
- Muller A (2002). *Lazer, desenvolvimento regional: como pode nascer e se desenvolver uma idéia. Muller, A.; Dacosta, LP (Orgs.). Lazer e desenvolvimento regional. 1. ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 9-40p.*
- Patton MQ (2002). *Qualitative research and evaluation methods. Londres: Thousand Oaks/Sage Publications, 688p.*
- Pellegrin A de (2004). *Equipamento de lazer. Gomes, C.L. Dicionário Crítico do Lazer. Belo Horizonte: Autêntica, 69-73p.*
- Pereira PVV et al. (2016). *Lazer como mecanismo de apropriação democrática dos espaços públicos: um estudo sobre as práticas de lazer na estação das Docas em Belém-PA. In: Bahia, MC; Figueiredo, SL (orgs). Planejamento e gestão pública do turismo e do lazer. Belém: NAEA, p.251-270.*
- Polato THP (2003). *Lazer e trabalho: algumas reflexões a partir da ontologia do ser social. In: Revista Motrivivência. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, n. 20-21, mar./dez. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/viewFile/917/4147>>. Acesso em: 06/09/2020.*
- Santos M (2006). *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4º ed. São Paulo: EDUSP, 260p.*
- Santos LP dos et al. (2017). *Dinâmica locacional dos espaços públicos de lazer na cidade de Teresina – PI. Caderno de Geografia 27(1): 119-137.*
- Serpa Â (2009). *O Espaço Público na Cidade Contemporânea. 1ª Ed. São Paulo: Contexto, 207p.*
- Silva E et al. (2001). *Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação. Florianópolis: UFSC, 138p.*
- Silva FC da et al. (2011). *Turismo e Lazer Urbanos em Espaços Públicos: relevância dos processos de interação cultural para a gestão de parques. Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo. Balneário Camboriú - SC. Anais eletrônicos... Balneário Camboriú – SC: UNIVALI: 1-9. Disponível em: <<https://www.anptur.org.br/anais/anais/files/8/134.pdf>>. Acesso em: 09/setembro/ 2020.*

Simões P (2016). O turismo e o lazer na cultura de consumo: impactos nas variáveis do tempo e no espaço. In: Lourenço L (org.). Geografia, Cultura e Riscos. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.153-165p. Disponível em: <https://www.riscos.pt/wp-content/uploads/2018/SRC_IV/SRC_IV_artigo06.pdf>. Acesso em: 08/setembro/2020.

ÍNDICE REMISSIVO

A

acessibilidade, 30, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 86, 87, 88
adaptações, 59, 85, 86, 115
atrativos, 8, 54, 55, 64, 76, 77, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 92, 98, 102, 108, 109, 118, 121, 123, 125, 135

B

barreiras arquitetônicas, 79, 84
Brasília, 21, 76, 77, 81, 82, 83, 86, 87, 88, 89, 145

C

Comunicação, 55, 140, 145, 146, 148, 151, 156, 157
comunidade, 7, 9, 13, 17, 20, 32, 80, 101, 115, 117, 130, 131, 133, 135, 137, 138, 139, 140, 141, 147, 155, 156
cultura, 8, 9, 10, 17, 21, 51, 54, 67, 86, 88, 115, 118, 132, 133, 134, 141, 142, 144, 147, 148, 149, 153, 156

D

desenvolvimento sustentável, 11, 59, 62, 93, 109, 110, 111, 112, 115, 116
Destinos Turísticos Inteligentes, 55, 64, 73
Distrito Federal, 77, 88
diversificação econômica, 27, 34

E

eventos culturais, 9, 10, 76, 133, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 153, 154, 155, 156

F

festa, 7, 12, 13, 14, 15, 16, 20, 132

G

gestão de eventos, 145, 146, 149, 150, 154, 155, 156
gestão pública, 73, 95, 102, 103, 143

governança, 32, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 107, 127

I

ilhas atlânticas, 25
indicadores de sustentabilidade, 110, 112, 120
Itaúnas, 7, 8, 11, 13, 14, 15, 16, 19, 20

L

lazer, 54, 76, 77, 81, 84, 86, 108, 110, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 147, 148, 155

M

mapa do turismo, 89, 90, 91, 92, 94, 95, 96, 98, 100, 102, 103, 105
memória, 13, 16, 37, 40
Minas Gerais, 37, 39, 49, 52, 87, 107

O

organização pública, 146, 150, 151, 154, 155, 156

P

patrimônio, 9, 10, 11, 20, 21, 22, 37, 39, 50, 51, 77, 129, 131, 133, 134, 135, 139, 140, 143
patrimônio imaterial, 10, 20
Pessoa com Deficiência, 78, 82, 87
Porto Santo, 26, 27, 28, 30, 31, 32, 33
povos indígenas, 37, 46, 50

R

ranqueamento, 84, 85

S

São Bernardo, 129, 130, 136, 139, 140, 141
sindicatos, 53, 55, 58, 68, 69

T

Tocantins, 89, 90, 91, 98, 99, 100, 101, 106, 108

turismo, 7, 9, 10, 20, 21, 25, 26, 27, 28, 31, 32,
33, 34, 53, 54, 55, 57, 58, 59, 61, 62, 63, 64,
65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 76, 77,
78, 80, 81, 82, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93,
94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104,
105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113,

114, 116, 121, 125, 127, 128, 129, 130, 131,
133, 134, 135, 136, 139, 140, 141, 142, 143,
144, 145, 146, 147, 148, 150, 154, 155, 156,
157

turismo cultural, 9, 10, 129

Turismo Sustentável, 86, 112, 113

SOBRE A ORGANIZADORA

Queila Pahim da Silva



Professora do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico nas áreas de Turismo, Hospitalidade e Lazer no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília (IFB). Doutoranda em Educação pela Universidade Católica de Brasília. Mestre em Turismo pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2012); Especialista em Planejamento e Consultoria Turística pela Faculdade Estácio de Sá RN (2009); Bacharel em Turismo pela Faculdade de Ciências Cultura e Extensão do Rio Grande do Norte (2005) e técnica de Guia de Turismo pelo SENAC RN (2005). Atua nas áreas de formação de professores para a educação bilíngue de Surdos, educação de Surdos e oratória para ouvintes. Participa dos Grupos de Pesquisa: Grupo de Estudos Críticos e Avançados em Linguagens (GECAL) da Universidade de Brasília, Comunidade Escolar: Encontros e Diálogos Educativos da Universidade Católica de Brasília e Ensino de Libras - Língua Brasileira de Sinais do Instituto Federal de Brasília. Faz parte do corpo editorial da Pantanal Editora.

O turismo é uma atividade econômica, social, cultural, ambiental e política que se consolidou como fenômeno social em todo o mundo e que acarreta profundas transformações no cotidiano das pessoas e do meio ambiente. Deste modo, é imprescindível conhecer e refletir sobre seus inúmeros desafios e potencialidades e para fomentar esta análise, esta obra apresenta trabalhos acadêmicos de autores de várias partes do Brasil e de Portugal, que trazem seu olhar sobre questões inerentes à atividade turística num contexto anterior e corrente da pandemia do novo coronavírus, abordando temas como cultura, religiosidade, preservação de patrimônio natural e imaterial, governança, destinos inteligentes, política pública do mapa da turismo brasileiro, acessibilidade e gestão de eventos culturais em uma organização pública.

ISBN 978-658831941-3



Pantanal Editora

Rua Abaete, 83, Sala B, Centro. CEP: 78690-000

Nova Xavantina – Mato Grosso – Brasil

Telefone (66) 99682-4165 (Whatsapp)

<https://www.editorapantanal.com.br>

contato@editorapantanal.com.br